

Executivo envia novas medidas de emergência

BRASÍLIA — O Governo deve encaminhar hoje ao Congresso novas medidas do Programa de Emergência. O corte nos incentivos fiscais em 50% em 1990, a elevação das alíquotas do Imposto Territorial Rural (ITR) e a criação de taxas para a manutenção de entidades como a Superintendência de Seguros Privados e Comissão de Valores Mobiliários (CVM) estão entre as medidas.

Ontem, o Ministro-Chefe do Gabinete Civil, Ronaldo Costa Couto, participou junto com os Líderes dos partidos e o Senador Nelson Carneiro, Presidente do Congresso, da instalação da comissão mista que vai analisar as medidas e negociar sua aprovação pelo Legislativo. Ficou acertado que o Governo não precisará discutir antes com a comissão as medidas do Programa sobre corte de despesas ou aumento de receita.

O Ministro Ronaldo Costa Couto destacou na reunião com os Líderes que o mercado está mais calmo e a situação econômica mais estável após os entendimentos mantidos entre o Congresso e o Executivo. O Ministro assegurou que o Governo não tentará mudar a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), porque a Lei é boa e deve ser cumprida.

Costa Couto e o Líder do Governo na Câmara, Luiz Roberto Ponte, confirmaram que o pacote tributário do Executivo, encaminhado junto com o orçamento de 1990 não vai incluir projetos novos de criação de imposto sobre fortunas, IOF sobre operações nas Bolsas e Imposto de Renda para o setor rural.